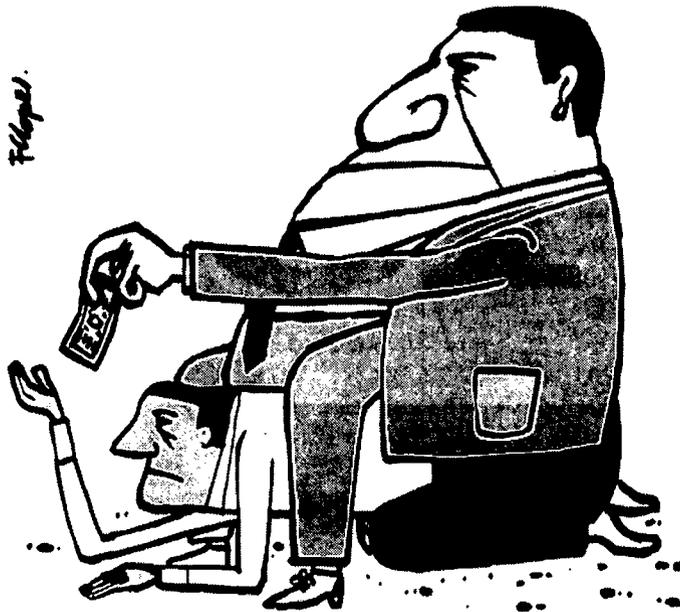


JUSTIÇA E CARIDADE P 23

Josaphat Marinho



Dirigente do FMI por longos anos, até bem pouco, Michel Candessus há de ter sentido e largamente observado as desigualdades entre os povos. O poder e a fraqueza, o desenvolvimento e o atraso, a fartura e a fome são fenômenos que hão de ter-lhe ferido a consciência e o sentimento. Tanto mais sua atenção foi despertada porque os desnivelamentos se têm agravado por motivos diversos. Por lutas fratricidas. Por guerras entre nações sem paralelo. Por efeito da globalização, que superpõe técnicas e procedimentos a peculiaridades respeitáveis dos povos. O que se acentua não é o entendimento ou a compreensão, mas o domínio, a preponderância, a superioridade.

Esse quadro de desequilíbrio ele reflete em artigo recente — “O Futuro do FMI” (*Folha*, 18/2/2000), em que assinala ser a “atividade mais conhecida” do órgão “a administração de crises”. E essa tarefa é de alcance variado: ora para acudir “situações de colapso econômico iminente”; ora para “auxílio a países que estão lutando para crescer e conquistar viabilidade externa”; ora em amparo de “países que buscam ajuda antes que seus problemas adquiram o contorno de crise”. De qualquer modo, as situações delineadas revelam a desproporção de condições, sobretudo econômicas e financeiras, separando as comunidades organizadas. Em meio a tais desajustamentos, realça ele que “existe uma ameaça sistêmica adicional ganhando vulto: a pobreza”. O observador seguramente informado não oculta,

pois, a realidade. Salienta-a, criteriosamente. Vai além. Conhecendo, por dever de ofício, os pormenores do drama universal, adverte, com prudência, aos poderosos, diante das deficiências dos países fracos: “Não basta perdoar a dívida. Os países pobres precisam poder exportar e reduzir sua pobreza”. Não é suficiente, portanto, o benefício ocasional, talvez indicativo de generosidade. Tem significado essa virtude, porém não indica uma diretriz, um caminho criador de soluções determinantes de mudanças amplas. O ato isolado, de auxílio circunstancial, pode exprimir sentido de caridade, e nas desigualdades do mundo, ser interpretado, segundo Lasky já entendeu, como o tributo que a injustiça paga ao medo.

Para que os países fracos pos-

sam “exportar” seus produtos e “reduzir sua pobreza”, conforme sugere Candessus, é necessário que as nações fortes e as instituições de ajuda aos povos estabeleçam políticas públicas, duradouras e justas. Não basta que sejam políticas públicas, é indispensável que sejam dirigidas à correção dos desníveis excessivos, que hoje distanciam os povos. Uma política de seguro crescimento dos países, como ele acertadamente propõe, não há de restringir-se a medidas de pequeno curso e adotadas por alguns países. O crescimento das coletividades sem poder político e econômico requer um espírito de cooperação internacional acima do apoio de governos transitórios. A superação das inferioridades humilhantes só se efetiva, realmente, se houver política de so-

lidariedade firmada em princípios permanentes e de verdadeira igualdade. Não se há de imaginar situação em que todos os Estados sejam, entre si, de poder equivalente. A utopia não constrói realidade, pode inspirar mudanças razoáveis. O que se aspira é que o mundo deixe de ser dividido entre povos colonizadores e colonizados, ricos e miseráveis, ou necessitados. O anseio é de que todos possam ser livres e independentes, dentro de condições sociais e econômicas que proporcionem o desenvolvimento regular.

Esse processo de desenvolvimento ordenado e eqüitativo é que serve aos povos, como comunidades independentes, e aos homens e mulheres, que formam suas populações. Na medida que os estados tenham condições reais de ser livres e solidários, nas relações internacionais, poderão fortalecer seus povos, para que não haja privilegiados e excluídos. Enquanto as comunidades nacionais forem dessemelhantes, nas desproporções do presente, as populações também se dividirão em padrões de riqueza e pobreza desmedidas. As soluções de emergência não terão durabilidade bastante para vencer o espírito de superioridade ou de grandeza que repele a igualdade democrática. É preciso mudar a cultura para eliminar as distâncias sociais e a injustiça.

■ Josaphat Marinho, ex-senador, é professor emérito da UnB e da Universidade Federal da Bahia, e diretor da Faculdade de Direito da Upis